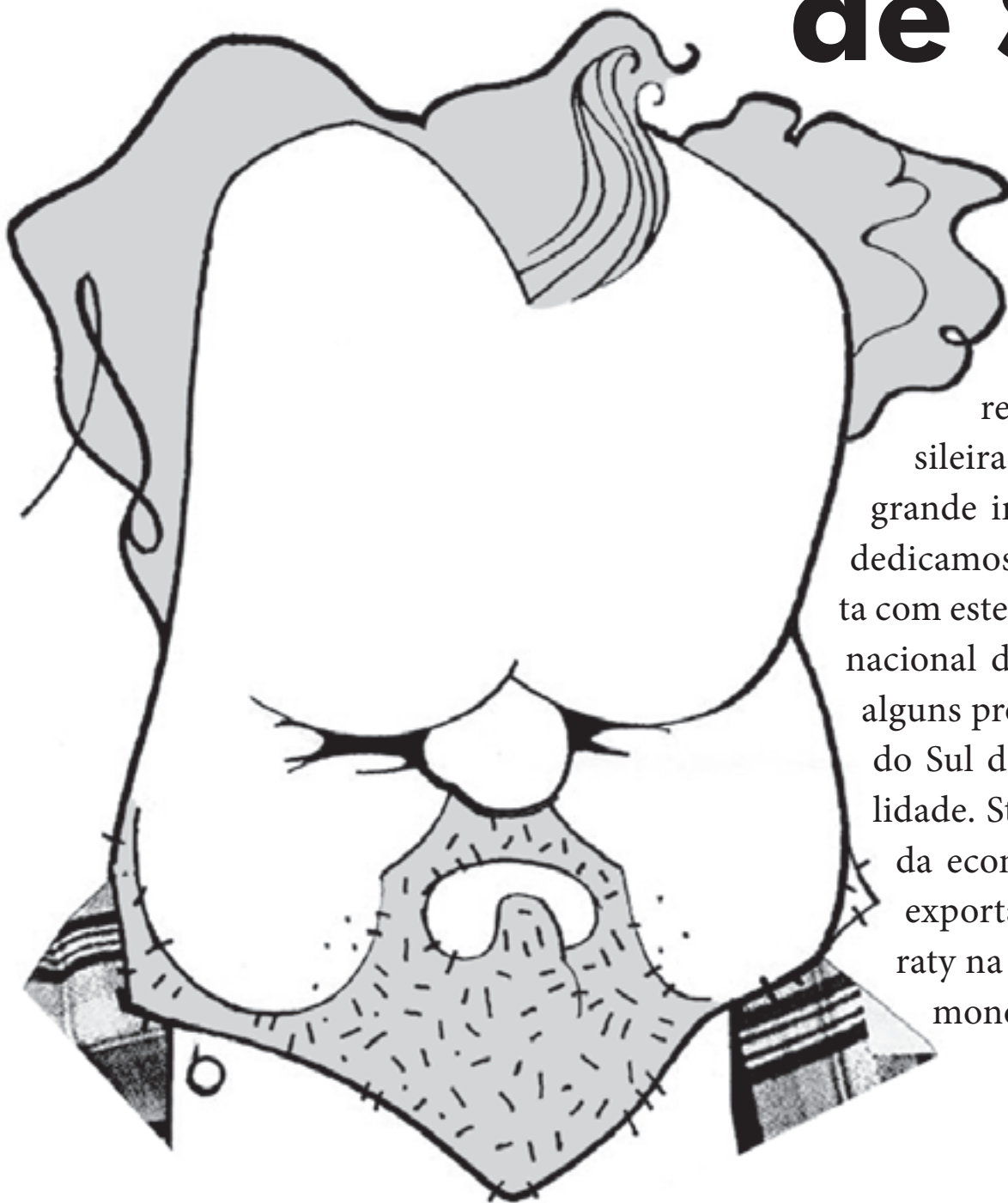


Quem tem medo de Stédile?



Os pontos de vista de João Pedro Stédile e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra sobre o importante debate a respeito da estrutura agrária brasileira são praticamente ignorados pela grande imprensa brasileira. Nesta edição, dedicamos quatro páginas a uma entrevista com este economista e membro da direção nacional do MST, que relata a tentativa de alguns promotores do MPE do Rio Grande do Sul de colocar o movimento na ilegalidade. Stédile analisa a desnacionalização da economia brasileira, o modelo agro-exportador do país, a posição do Itamaraty na Rodada de Doha e a expansão da monocultura da cana-de-açúcar.

Artigos de Marcello Cerqueira e Plínio de Arruda Sampaio discutem os 20 anos da Constituição de 1988, tema do debate na comemoração do Dia dos Economistas

Stédile, Plínio e Cerqueira

■ A presente edição de agosto do Jornal dos Economistas nos contempla com uma importante entrevista com o economista João Pedro Stédile, membro da direção nacional do MST – o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

O MST, por força de sua política de ocupações – tendo como objetivo a pressão pela efetivação da reforma agrária no Brasil – sempre foi alvo de críticas de setores da sociedade brasileira. Esses segmentos ora se manifestam contra a necessidade e urgência na mudança da estrutura agrária do país, ora se posicionam contra os métodos empregados pelos militantes e direções do MST.

Essas posições abstraem o fato da própria discussão sobre o tema, e a adoção de medidas objetivas de desapropriação de terras para fins de reforma agrária somente terem tido alguma relevância no país, nos últimos anos, por força da própria tenacidade e capacidade do Movimento se fazer ouvir, e se respeitar, em decorrência de suas formas de luta.

Entretanto, agora no curso desse ano de 2008, as ameaças contra este movimento social – considerado pelo mestre Celso Furtado com o mais importante do nosso tempo – ganharam muito mais consistência e perigo.

Tornou-se público o objetivo de setores do Ministério Público do estado do Rio Grande do Sul de empreender uma ação premeditada e organizada com a finalidade de criminalizar o MST, e buscar meios para suspender a existência legal desse movimento.

As direções do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro e do Sindicato dos Economistas se solidarizam com o MST e abrem as páginas do JE para que reflitamos sobre esse grave momento, a partir desta elucidativa entrevista.

Nesta edição, destacamos também, entre outros, os artigos de Plínio de Arruda Sampaio e Marcelo Cerqueira sobre o processo constituinte de 1988 – tema de discussão da sessão comemorativa ao Dia dos Economistas, recentemente realizada em conjunto com a OAB-RJ.

Tenham uma boa leitura! 

SUMÁRIO

3

Artigo

O advogado e ex-deputado Marcelo Cerqueira, um dos símbolos da resistência à ditadura, analisa os 20 anos da Constituição Brasileira

6

Artigo

Plínio de Arruda Sampaio, um dos líderes da bancada progressista durante a Constituinte, discute os avanços e as limitações da atual Constituição

7

I Prêmio Opinião Profissional

Resumo do trabalho “A Amazônia e o Verdadeiro Desenvolvimento” de Leonardo Pamplona, vencedor do prêmio.



8

Entrevista

João Pedro Stédile discorre sobre o modelo agrário, a economia e a política do país

13

XVIII Prêmio de Monografia

Resumo da monografia “Linha Oficial de Pobreza no Brasil – Qual sua relevância?” de Paula Ferreira Martins, vencedora deste concurso

14

Fórum Popular de Orçamento

Os Gastos com Pessoal frente à Lei de Responsabilidade Fiscal

16

Notas

Homenagem ao Professor Lizardo, prêmios e novos cursos

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

Je JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Hen-

rique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

O Corecon-RJ comemorou em agosto o Dia dos Economistas em evento conjunto com a OAB-RJ. Especialistas discutiram o tema "A Constituição Cidadã: conquistas democráticas, desenvolvimento social e econômico", em referência ao vigésimo aniversário da promulgação da Constituição.

O Presidente do Corecon-RJ João Paulo de Almeida Magalhães, o Presidente da OAB-RJ Wadih Damous e a Presidente da OAB Mulher Thereza Christina Nèveke participaram da mesa de abertura do evento. Em seguida, a juíza Salete Maccáloz, o advogado Marcello Cerqueira e o ex-deputado constituinte Plínio de Arruda Sampaio apresentaram suas visões sobre a Constituição, a questão feminina e a ordem econômica. À tarde, um acirrado debate reuniu o economista Marcelo Paixão, do Laeser/UFRJ, e a socióloga Graciela Rodriguez, da Rebrip, moderados pelo conselheiro do Corecon-RJ Paulo Passarinho.

Nas páginas 3 a 6, publicamos artigos de Marcello Cerqueira e Plínio de Arruda Sampaio, que sintetizam suas exposições no evento.

Vinte anos da Constituição

Para Betinho

■ Marcello Cerqueira*

Aruptura com a extenuante ditadura militar de 64 foi feita através de negociações, como a anterior de 1946 (ruptura pactuada). O que a aproximou do modelo espanhol (*transición pactada*) e se afastou do modelo português (revolucionária, na origem).

Os setores mais avançados não queriam repetir o modelo anterior e propunham, como se recorda, "Constituinte livre, soberana e exclusiva". Livre se auto-explica e com "soberana" e "exclusiva" queria-se dizer que ela não teria funções legislativas ordinárias e que se dissolveria após a promulgação do novo Texto, convocando eleições gerais.

A primeira questão que então se colocava para a OAB era a convocação da Constituinte, pois ela poderia definir, ou pelo menos fortemente orientar, seu modelo. Sabe-se que uma Constituinte só está vinculada aos termos de sua convocação.

Nesse sentido, o então presidente da OAB nacional, advogado Herman Assis Baeta, levou ao ministro da Justiça Fernando Lyra os termos da entidade. O ministro encarregou o Consultor Jurídico do ministério de redigir o caminho por onde deveria caminhar a convocação

"Simples projeto de lei ordinária de iniciativa do Executivo submeteria ao Congresso Nacional a outorga de poderes constituintes



aos representantes do povo eleitos em 1986. A lei daí resultante seria submetida a referendo popular. Evitava-se a convocação por Emenda Constitucional, já que a sistemática de sua aprovação exige quorum de dois terços em ambas as casas do Congresso. Ora, em 1982, foram eleitos um terço dos membros do Senado Federal que em sua maioria gostariam de participar da Constituinte, embora não tivessem poderes originários para tanto. A fixação do quorum

de maioria simples contornaria esse obstáculo. Diferentemente, a hipótese de convocação por meio de Emenda Constitucional, teria de conciliar-se com a pretensão de Senadores residuais" (o texto original foi transcrito in *Comentários à Constituição Federal*, de Eugênio Haddock Lobo e Julio Cesar do Prado Leite, Edições Trabalhistas, Rio de Janeiro, 1989, página 4).

Tal não se deu, e de certa forma embarçou o passo dos trabalhos constituintes. É que naturalmente

os interesses permanentes de uma assembléia Constituinte são diferentes daqueles que pressionam o Congresso no dia-a-dia.

De qualquer forma, a Constituinte foi promulgada e trouxe um aporte significativo de direitos fundamentais e sociais ao mesmo tempo em que seu texto, por demasiadamente analítico, incorporou normas que mais bem seriam tratadas em leis ordinárias.

Mesmo a lei que criou a Petrobrás, por exemplo, alçada a norma constitucional nem por isso viu protegida a integralidade do monopólio estatal do petróleo.

Pouco tempo após a sua celebração e a pretexto do fim do socialismo real, que teve a queda do muro de Berlim como seu ponto de maior expressão e exploração, setores inconformados com os inegáveis avanços da Constituição de 1988 já reclamavam a "revisão" dela brandindo dispositivo do Ato das Disposições Transitórias que chamava a plebiscito o eleitor para decidir entre a forma de governo (*presidencialismo* ou *parlamentarismo*) e a nostálgica volta ao passado com outro exótico Império nos trópicos. Isso, se o eleitor pudesse escolher entre um sistema desconhecido (o *parlamentarismo* com vida efêmera com Jango) e a forte atração messiânica

do *presidencialismo*. (Marx no VIII Brumário, ao comentar o golpe do II Bonaparte [que de alguma forma aqui se reproduziria com a recandidatura de Fernando Henrique], dizia que um parlamento eleito estava em relação metafísica com o povo, ao passo que o presidente eleito mantinha com ele relação direta.)

Recorda-se que presidente eleito Tancredo Neves constituiu comissão de estudos para oferecer um anteprojeto de Constituição, que restou conhecida pelo nome de seu presidente professor Afonso Arinos.

A comissão Arinos inclinou-se para o semi-presidencialismo (ou o semi-parlamentarismo) nos moldes já praticadas na França desde De Gaulle e em Portugal (mais mitigado) após Constituição nascida da Revolução dos Cravos (e que permanece, mesmo após as reformas liberais que aproximaram o país da Comunidade Européia).

Já assumindo a curul presidencial e em face de divergências com o texto Arinos, sobretudo com a adoção do semi-presidencialismo, que sugeria uma nova eleição para um novo governo, o presidente Sarney limita-se a publicar o relatório Arinos no Diário Oficial da União e não enviá-lo como proposta do governo para a nascente Constituinte.

Razoável que no projeto Arinos constasse a “medida provisória”, que vai buscar raízes na “ordenanza” Italiana, cultura tão a gosto do saudoso professor. Só que naquele contexto, a medida é expedida por um primeiro-ministro dependente do Parlamento que o escolheu e a qualquer momento pode derrubá-lo com uma moção de desconfiança.

Transplantá-lo para um regime presidencialista (forte), foi uma insensatez da qual se paga o preço da desorganização legislativa e mesmo do desequilíbrio entre poderes (executivo *versus* legislativo), pedra angular do princípio de separação de poderes. O excesso de poderes do presidente da República enfra-



quece e desorganiza o legislativo além de abrir passo para situações de exceção (como esse arremedo de “estado policial” que ora se apresenta desenvolto e incontrolável).

II

Mal entrada em vigor e a nova Constituição já enfrentava a arremetida de setores conservadores dentro e fora do governo de então. Logo em seguida, veio a investida do “Emendão” do governo Collor, que já usara o *remédio amargo* da “medida provisória” para confiscar a poupança. Depois, cláusula perempta das Disposições Constitucionais Transitórias seria ilegalmente ativada na pretensão inútil de operar uma ambiciosa “revisão constitucional”, instituto, como se sabe, estranho ao Direito Constitucional brasileiro, que só reconhece o Poder de Emenda ao seu texto.

A “revisão” seria convocada na forma do art. 3º do ADCT, mas sua *fonte material* estava no ante-

rior art. 2º do mesmo diploma. Ou em outras palavras: na hipótese de o eleitorado sancionar o sistema “parlamentarista” ou a “monarquia”, então a norma seria ativada, mas apenas para compatibilizar o texto constitucional com a novidade (*parlamentarismo e monarquia*). Os demais dispositivos da Constituição restariam intocados.

A pretensão de votar uma “revisão” ampla da Constituição (*uma espécie de terceiro turno constituinte*) iria esbarrar na dificuldade de operar interesses que se repelem. No início, observou-se até uma certa euforia envolvendo setores que desejavam *reformas* para servir exclusivamente aos seus interesses. No curso dos debates, entretanto, verificou-se a impossibilidade de agradar a todos. Naturalmente, uma modificação atendia a uma parte, mas prejudicava outra, que, por sua vez, entrava em conflito com uma terceira, e assim sucessivamente. A reforma, aparentemente inovadora, é contida pelo conservadorismo.

O espírito que animou a Constituição parcialmente já deixou seu corpo. As reformas mutilaram a Constituição brasileira. As vicissitudes políticas afastaram a prática da aplicação da Constituição dos ideais que a escreveram. A proposta da criação de um Estado Democrático de Direito fundado na soberania, na cidadania, na dignidade, nos valores sociais do trabalho e no pluralismo político foi substituída por um estado liberal.

Os objetivos fundamentais da República, grafados no art. 3º da Carta Magna, mais parecem agora motivo de triste ironia: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem pre-

conceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A Constituição de 1988, para além de retomar e ampliar a ordem democrática, antes ferida de morte pela ditadura militar, consolida como Direitos - e também os amplia - aquilo que era um misto de conquistas populares e concessões das elites na esfera social. Ela adiciona à cidadania civil e política a dimensão social.

Desde a Revolução de 30, um pacto não escrito, impregnado de contradições, a que não faltaram períodos demorados de autoritarismo, dava curso a um projeto nacional. Seu conteúdo era a busca do desenvolvimento, às vezes acelerado, outras, lento. Mas sempre buscado.

A longa e penosa construção do pacto envolvia a coesão das mais diferentes forças sociais e políticas. O conflito entre essas forças, contudo, era menor do que o consenso na implementação do pacto. Militares, por exemplo, desferem o golpe de Estado de 1964 de que resultaria a longa e amarga ditadura. E mesmo assim, dão seqüência, em parte, a um projeto que antes era conduzido por seus adversários, embora os governos militares exacerbassem o lado perverso do desenvolvimento capitalista no Brasil: a concentração de propriedade e de renda, que agravou a já secular discriminação social. A Constituição teria vindo para conduzir o mesmo processo, mas de forma a reduzir os seus aspectos negativos. Afinal, uma Nação efetivamente para todos. Essa utopia foi frustrada pelas “reformas” que mutilando o corpo da Constituição afastaram seu espírito.

O *desmanche* do pacto constitucional produzido pelas forças do mercado e seus subalternos operou-se em *fraude à Constituição*. A acumulação democrática e social

que o processo constituinte (*constituição material*) fez desaguar na Constituição em vigor é subtraída pela vontade do governo federal conjugada à maioria congressual de três quintos, que modifica o texto ao sabor dos interesses do mercado, de conveniências políticas casuísticas e, sobretudo, de insuportável pressão norte-americana.

No que respeita à soberania nacional, foram suprimidas da Constituição significativas normas de proteção à economia do País: controle da remessa de lucros do capital estrangeiro; conceito de empresa nacional; domínio da União sobre o subsolo; monopólio do petróleo, monopólio sobre a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica; monopólio ou controle estatal sobre as telecomunicações. Tratou o texto constitucional de proteger a economia de aberturas tão insensatas quanto apressadas, que afinal ocorreram, acentuando a dependência externa que o País terá enorme dificuldade de reverter. As privatizações selvagens alienaram o patrimônio público e empenharam o futuro na medida em que haveremos de

sofrer indefinidamente a remessa para o exterior de lucros de empresas que não exportam bens ou serviços. No limite, a ameaça mais grave foi a tentativa de privatização dos nossos rios, privatização que agora parece afastada. Os rios existem sem hidroelétricas, mas estas não podem viver sem os rios. O ar, as florestas e os rios *não* são bens do Estado e *nem* de particulares. São bens públicos, *constitucionalmente indisponíveis*, são Direitos difusos, pertencem a toda a população.

Quanto aos direitos do cidadão sua dimensão dá bem a medida do regresso a que o País continua, até hoje, sendo submetido.

Como se sabe, um dos grandes esforços dos socialismos desse século consistiu em *desmercantilizar* aspectos essenciais da relação de trabalho. A educação universal e gratuita, o sistema público de saúde, as várias formas de previdência e seguridade, consagraram direitos que passaram a fazer parte significativa da remuneração do trabalho; o *mercado*, ou seja, *a força patronal*, deixou de ser a principal reguladora do comportamento dos seres humanos enquanto trabalhadores.

Compatível com esses progressos da humanidade, a Constituição de 88 consagrou esses direitos, especificamente em seu Capítulo II. As “reformas” realizadas ou em ainda em andamento e agora sob novo patrocínio, objetivam reduzir ou suprimir esses direitos. Trata-se regressivamente de empreender um esforço global de *remercantilização* das relações de trabalho.

Tornam-se mercantis as prestações de educação, a saúde pelo sistema de seguro privado, a previdência comandada por fundos de pensão, apenas para citar alguns exemplos. Os direitos sociais são substituídos pelo perfil da demanda de serviços em um mercado em expansão. O mesmo processo de

encolhimento ocorre com a cidadania política.

As formas clássicas de supressão dos direitos políticos são as ditaduras ou tiranias. Desgraçadamente, o nosso País experimentou todas. Mas o *neoliberalismo* oferece soluções mais sutis. Os anuários políticos revelam que nunca houve um número tão grande de democracias liberais na história contemporânea como agora (excetuando episódios em curso na França e na Itália). Para alguns comentadores, trata-se de uma avassaladora onda de democratização que penetrou na América Latina, na África e nos antigos países do Leste Europeu. Contudo, nunca a *forma democrática* esteve *tão dissociada* da *substância democrática* que a ela dá vida.

A *elite do poder* busca impor um sistema político que se assenta em chefias de governo identificadas com a “globalização” predatória, uma administração pública baseada em agências regulatórias que a experiência de outros países nos permite afirmar que se tornam independentes de tal forma que sobre elas não recaem controles de qualquer natureza E, finalmente, um Poder Legislativo esvaziado de suas atribuições, submetido ao garrote vil das medidas provisórias e ameaçado por *reforma partidária* e *eleitoral* restritiva à soberania popular e a imposição da perda de mandato por “infidelidade partidária” imposta por um Judiciário ao qual falecem poderes para tanto.

III

A economia mundial se retrai e os novos romanos já demonstram sinais de exaustão ao manter suas conquistas guerreiras no Iraque e no Afeganistão. A chamada “Ata Patriótica” é o santo e a senha para ampliar as perseguições em Gantánamo aos suspeitos de sempre e também sempre em prejuízo das liberdades civis na América. O petró-

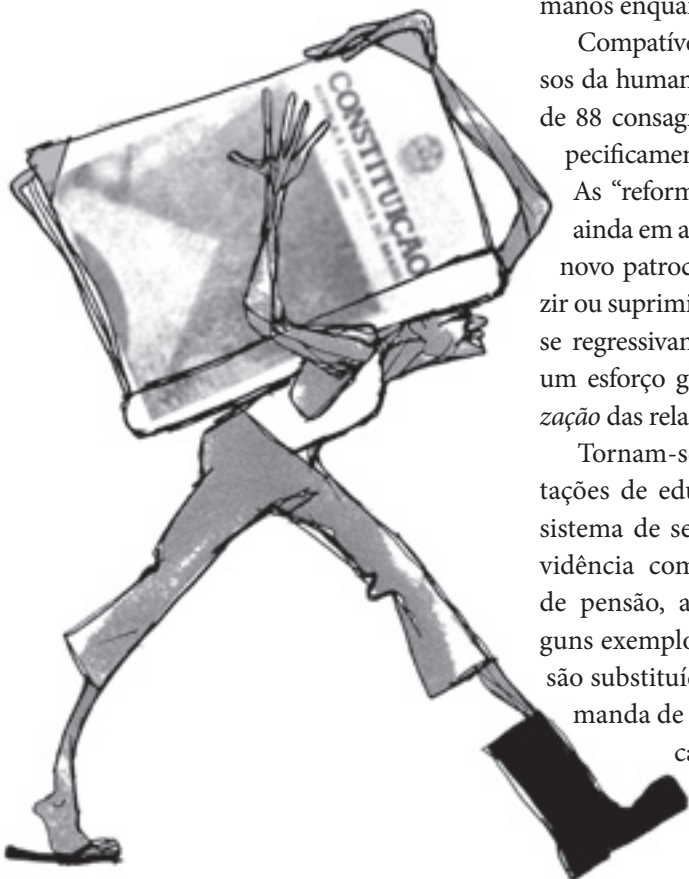
leo alcança preços inesperados e a carência de alimentos assombra o mundo (“Um fantasma ronda a Europa ...”). Aqui em nossas praias temos a constante ameaça à soberania da Amazônia e a Colômbia de Uribe como ponta-de-lança dos interesses norte-americanos, já agora respaldados pelo ressurgimento da desarmada 4ª Frota. Internamente, a ação macarthista da Polícia Federal e do Ministério Público, às quais setores do Judiciário se associam.

Releio o texto e verifico que imponho a ele um tom pessimista, longe do meu habitual ver e sentir o mundo e com isso pareceu-me ter desconsiderado as conquistas democráticas e sociais que vieram com a redemocratização e a Constituição em vigor. De certa forma, ao realçar os recuos da Constituição posso passar a impressão de que, longe de minha vontade, “anistiei”, por assim dizer, os que revogaram pela força a Constituição de 1946 os quais, entretanto, não foram *anistiados* pelas sucessivas leis de anistia: é que a anistia *não* foi recíproca e os *torturadores*, ou o que resta deles, *não* foram anistiados. Os subúrbios do autoritarismo se expressam não apenas nas milhares de escutas policiais, muitas e muitas clandestinas, ou na espetacularização das prisões sempre cobertas por uma rede de televisão, ou na “denúncia” do Ministério Público do Rio Grande do Sul contra o MST, que procura restaurar procedimentos próprios da ditadura militar, tentativa canhestra de repristinar a revogada lei de segurança nacional do regime militar.

É claro que sonhamos com “a volta do irmão do Henfil” e devemos render nossas homenagens aos que lutaram pela redemocratização do país. E ficar alertas.

Vida que segue. ☺

*Marcello Cerqueira é advogado



A força de uma ilusão

■ Plínio de Arruda Sampaio*

As constituições existem para cortar privilégios e reconhecer direitos. O quanto elas realizam nesses dois planos depende da alteração havida na correlação de forças sociais e políticas no momento anterior à sua convocação. Isto quer dizer que a margem de liberdade dos constituintes na redação do texto está limitada por essa alteração.

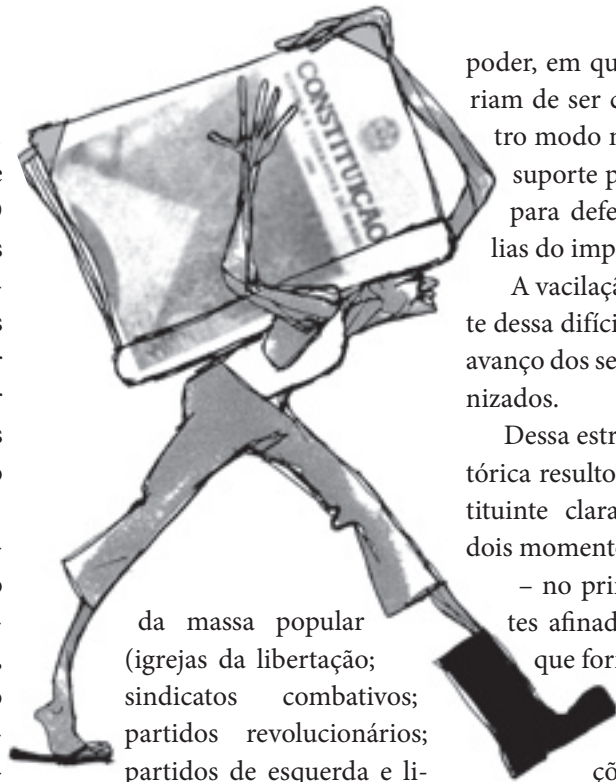
A Assembléia Nacional Constituinte, reunida em 1987/1988 não sucedeu a nenhum “antes” de magnitude maior (revolução, guerra, revolta popular) e talvez por isso foi influenciada por uma conjuntura local discrepante do que ocorria na esfera internacional.

A história do processo constituinte pode esclarecer essa contradição.

Tudo começou com uma operação militar: uma retirada estratégica decorrente da percepção das Forças Armadas a respeito da situação econômica mundial. A crise do petróleo (1973) e a consequente inversão dos movimentos do capital evidenciaram aos militares que o “milagre brasileiro” chegara ao fim. Não mais poderiam continuar legitimando seu regime pela via do desempenho econômico (tortura, mas faz).

Tratava-se, portanto, de proceder a uma retirada “lenta, gradual e segura”, a fim de voltar aos quartéis intactos e, consequentemente, aptas para intervir novamente. Nesse contexto, a condição “segura” significava: devolver o poder político aos civis sem risco de ameaça à estabilidade do “establishment” burguês.

A retirada militar favoreceu o avanço de duas forças opositoras do governo militar: os políticos que formavam o centro-democrático; e as vanguardas organizadas



da massa popular (igrejas da libertação; sindicatos combativos; partidos revolucionários; partidos de esquerda e lideranças populistas, herdeiras do velho PTB).

O embate entre essas forças deu origem a um processo político até certo ponto descolado do processo que se desenvolvia no plano econômico: a inviabilização da industrialização do país, em decorrência das mudanças provocadas pela contra-revolução neoliberal nos centros do capitalismo mundial.

A dimensão política da inviabilidade do modelo de industrialização iniciado nos anos trinta consistia na inviabilidade do projeto de construção do Estado-Nação em países da periferia do sistema capitalista. O pacto populista de poder que havia possibilitado aquele modelo tornara-se insustentável, colocando a burguesia brasileira diante de um dilema: manter o projeto nacional e indispor-se com o imperialismo ou ceder ao imperialismo e aceitar uma condição ainda mais subalterna do que a anterior no sistema capitalista internacional.

A primeira alternativa só seria possível com um novo pacto de

poder, em que seus privilégios teriam de ser cortados, pois de outro modo não poderia ganhar o suporte popular indispensável para defender-se das represálias do imperialismo.

A vacilação da burguesia diante dessa difícil escolha favoreceu o avanço dos setores populares organizados.

Dessa estranha conjuntura histórica resultou um processo constituinte claramente dividido em dois momentos:

– no primeiro, os constituintes afinados com a burguesia, que formavam a maioria absoluta da Assembléia, sem orientações claras e assustados

com a combatividade dos representantes das vanguardas populares (que encheram os corredores da Casa), dividiram-se, o que abriu para os constituintes da oposição à ordem burguesa (PT, PCdoB, PC) e seus aliados (PDT, e dissidentes do PMDB) a obtenção de vitórias surpreendentes, nas 24 Comissões Temáticas, por onde se iniciava a redação do novo texto constitucional. Prefigurava-se uma ordem institucional parlamentarista, nacionalista, voltada claramente para o social

– no segundo momento, deu-se uma inversão dessa tendência, em decorrência da intervenção direta do setor empresarial nacional e estrangeiro. A pressão sobre os constituintes vacilantes, realizada em um hotel de Brasília, teve como resultado, a aprovação, nas fases seguintes (Comissão de Sistematização e Votação em Plenário) de emendas que alteravam textos aprovados nas Comissões Temáticas.

Contudo, faltou força à direita para cortar todos os avanços. Muitos deles resistiram, dando

como resultado um texto constitucional politicamente bastante ambíguo, porém, em seu conjunto, mais avançado do que todas as Constituições anteriores, na defesa da economia nacional, dos direitos trabalhistas, do meio ambiente, da proteção aos menores, indígenas e setores discriminados.

O susto representado pela votação de Lula em 1989 fez o “establishment” burguês aceitar o papel subordinado na nova ordem internacional, sob a condição de continuar usufruindo seus privilégios internamente. Mesmo assim, somente em 1995, unificada em torno da presidência de FHC, essa burguesia conseguiu força suficiente para destroçar o capítulo da Ordem Econômica e para alinhar o sistema previdenciário ao novo modelo prescrito pela doutrina neoliberal.

Esta decisão da burguesia alterou substancialmente as condições da luta socialista no Brasil, pois invalidou as duas estratégias que os partidos deste campo adotaram, a partir do final dos anos cinquenta do século passado: as estratégias da revolução nacional-democrática e da revolução democrática-popular.

Alguns setores da esquerda brasileira já perceberam claramente que a realidade demonstrou a impossibilidade de reformar o capitalismo, a fim de dar-lhe uma cara mais humana. Não têm, todavia, acúmulo político suficiente para formular, com clareza e contundência, uma nova estratégia.

Uma estratégia apta a criar um “antes” que possibilite uma constituinte com capacidade para institucionalizar a ruptura da sociedade brasileira com a dominação capitalista. ☺

*Plínio de Arruda Sampaio é ex-deputado federal constituinte.



Leonardo Pamplona foi o primeiro colocado do I Prêmio Opinião Profissional, conferido pelo Corecon-RJ. O prêmio é anual e aberto a economistas registrados no Conselho. São aceitos apenas artigos inéditos que não foram publicados em livro ou na grande imprensa. O tema da primeira edição do concurso foi “Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente”. Veja um resumo do trabalho de Leonardo.

A Amazônia e o Verdadeiro Desenvolvimento

Leonardo Pamplona*

Um grande desafio para Brasil no século 21 diz respeito à desconcentração regional do crescimento, com diminuição das desigualdades sociais. Aliada a isso, deve estar a atenção com o meio ambiente, para que se avance em um novo modelo de crescimento, harmonioso, que possa se constituir efetivamente em desenvolvimento. O verdadeiro desenvolvimento não precisa da qualificação “sustentável”: sem o equacionamento dos impactos sócio-ambientais, não há desenvolvimento.

Nesse sentido, há um falso dilema: por um lado se defende a total conservação, com limitação dos níveis de consumo; do outro se mantém um modelo predatório de utilização de recursos. Entretanto, conservação não é sinônimo de preservação intocável, e desenvolvimento não significa produção destrutiva¹. É primordial a presença do Estado Brasileiro planejando de forma racional e benéfica para todos, considerando um projeto de desenvolvimento nacional que leve em conta a preservação necessária das suas condições de reprodução².

Como exemplo, as estratégias homogeneizantes implementadas na Amazônia até recentemente não consideram a diversidade biológica amazônica, que necessita um modelo específico que dê conta dos desafios que a floresta impõe³.

O século 21 traz, como temas chave, alimentos, energia e água, além do aquecimento global, resultado do

atual modelo de crescimento. Não é à toa que, nesse contexto, as atenções estejam voltadas cada vez mais para a Amazônia. A consolidação da soberania sobre esse território, cobijado por suas gigantescas riquezas naturais, e a realização das enormes potencialidades, possibilita apresentar ao mundo um novo modelo, que utilize as riquezas da Natureza preservando-a⁴.

A Amazônia deve ser a plataforma fundamental da integração sul-americana. Com a liderança brasileira, a região tem condições de se tornar um relevante pólo irradiador de desenvolvimento. A agenda é a da construção de projetos multissetoriais que integrem toda a diversidade, e as diferentes necessidades para que se estructurem com sustentabilidade.

No interior da floresta há petróleo, gás, e todo tipo de mineral, em quantidades incalculáveis. A atividade extrativa necessita de planejamento e alta engenharia, para minimizar impactos ambientais⁵.

Com relação à agricultura, informações contidas no Plano Amazônia Sustentável – PAS⁶ apontam que é possível dobrar a produção sem precisar derrubar nenhuma árvore. Além disso,

o manejo florestal realizado adequadamente é o caminho para transformar a madeira em um dos grandes negócios a serem desenvolvidos na região.

Investimentos pequenos podem potencializar a fruticultura na região, gerando renda para a população ribeirinha. A biodiversidade, aliada a investimentos em tecnologia, possibilitará o surgimento de indústrias alimentícias, farmacêuticas e cosméticas, aproveitando o manancial de vida que a mata oferece. A Zona Franca, entendida como laboratório de práticas e de empreendimentos inovadores, tem papel fundamental nesse sistema. O turismo também se apresenta com potencial para geração de valor na Amazônia.

O incentivo à formação de quadros dedicados à missão do desenvolvimento amazônico deve ser multiplicado, com a criação de Universidades e cursos específicos para desenvolver tecnologias apropriadas, direcionando esforços para atração e retenção de pesquisadores⁷.

Não há restrição de recursos para financiar essas iniciativas. É questão de decisão política. Ações de infraestrutura, por exemplo, já estão em andamento. A construção das hidrelétricas e

o gasoduto Urucum-Manaus representam um grande impulso para o desenvolvimento de atividades produtivas.

Por fim, a incorporação da Amazônia, que consolidará a potência brasileira, significa acima de tudo a incorporação do povo amazônico. É fundamental fomentar capacidades nas comunidades locais, que necessitam de organização para que se estabeleçam como protagonistas do seu desenvolvimento. O papel do Estado é ampliar os investimentos em educação, saúde, tecnologia, estímulo ao associativismo, criação de órgãos consultivos que interajam com o Poder Público, etc. Para superar esse decisivo obstáculo, em grande medida relacionado a aspectos culturais históricos, é fundamental a articulação de instâncias governamentais para sensibilizar e mobilizar as comunidades para as potencialidades que possuem; e capacitar, apoiar e acompanhar a implantação de unidades produtivas que gerem valor ao extrativismo básico, atividade tradicionalmente exploradora do povo, que sempre drenou as riquezas da região. ☺

* Leonardo Pamplona – Economista da Área de Inclusão Social do BNDES.

1 BECKER, B.; NOBRE, C. e BARTHOLO, R. Uma via para a Amazônia. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 27/04/2008.

2 CASTRO, M. H. M. de. Amazônia – soberania e desenvolvimento sustentável. Brasília: Confea, 2007. Série Pensar o Brasil e Construir o Futuro da Nação.

3 MONTEIRO, M. de A. Um novo modelo de desenvolvimento é possível. Gestão Pública: revista do Sistema de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos da Escola de Governo do Estado do Pará. Belém: Escola de Governo do Estado do Pará, ano 1, nº. 1, dez./2007, pp. 37-46.

4 UNGER, R. M. Projeto Amazônia – Esboço de uma proposta. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/01/projeto-amazonia.pdf>. Acesso em 30/06/2008.

5 CABRAL, S. Entrevista. Oikos – Revista de Economia Heterodoxa. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, ano 7, nº. 9, jun./2008, pp. 207-220.

6 MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL / MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano Amazônia Sustentável – PAS. Volume 1: Diagnóstico e Estratégia. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/casacivil/arquivospdf/pas.pdf>. Acesso em 15/06/2008.

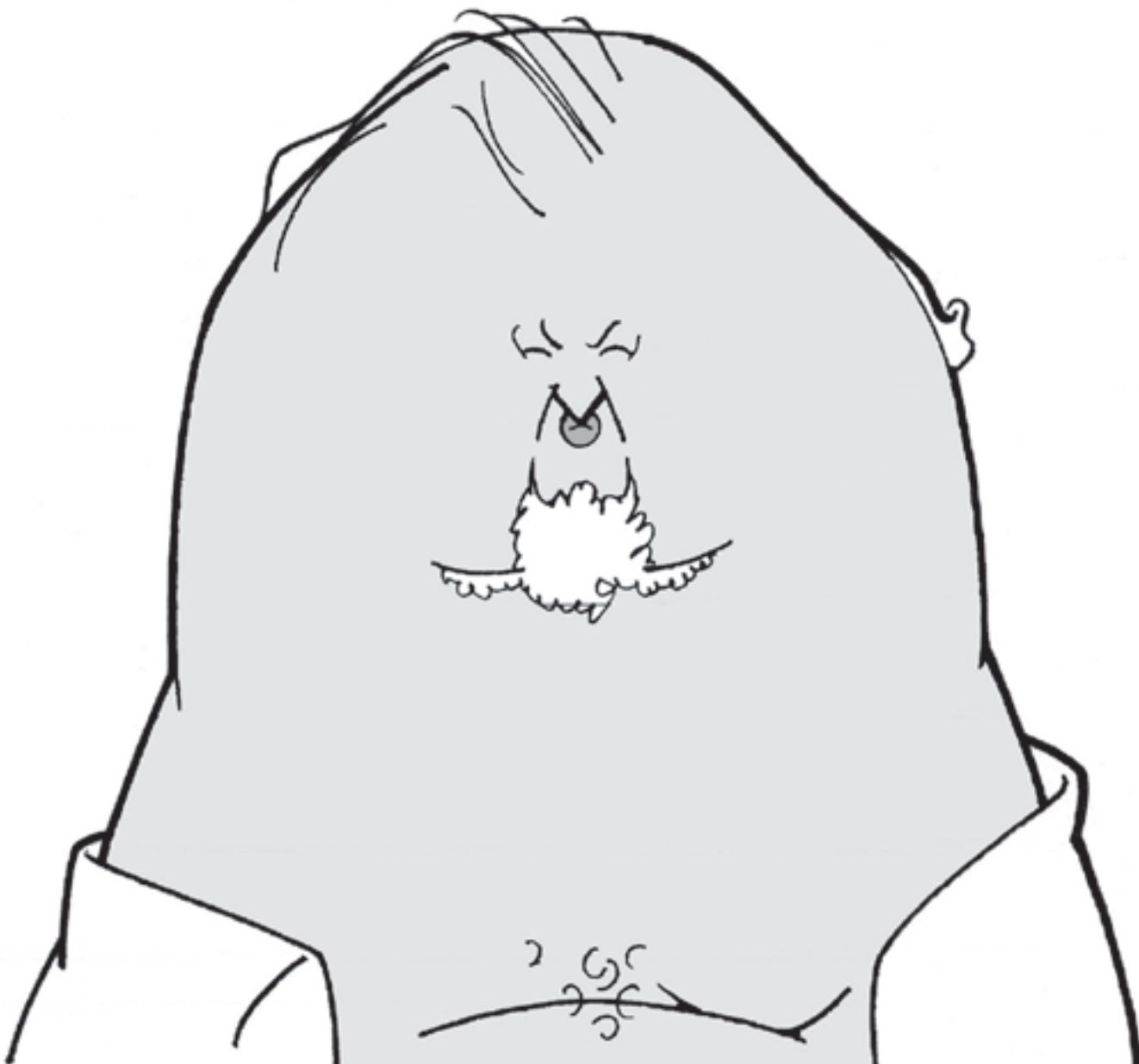
7 ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. Amazônia: Desafio Brasileiro do Século XXI – A Necessidade de uma Revolução Científica e Tecnológica. Proposta da Academia Brasileira de Ciências para um Novo Modelo de Desenvolvimento para a Amazônia. Disponível em <ftp://ftp.abc.org.br/amazonia.pdf>. Acesso em 25/06/2008.

Quem tem medo de Stédile?

P: Por favor, esclareça a natureza da ação do Ministério Público do Rio Grande Sul contra o MST.

R: Depois das eleições do governo conservador da Yeda crusius, um grupo de promotores direitistas do MPE, comprometidos ideologicamente com as forças mais reacionárias do estado, passou a se reunir para articular diversas ações judiciais que visavam criminalizar os movimentos sociais no campo, em especial o MST e os demais movimentos da via campestina. Chegaram a fazer uma ata de uma dessas reuniões aonde combinavam que a melhor forma de destruir o MST seria abrir processos, que: impedissem a continuidade de acampamentos, pois eles seriam a nossa força organizada e mobilizável; impedissem que se realizassem marchas pelas estradas e a forma seria impedir que as famílias levassem crianças juntos, aí ficaria mais fácil a policia reprimir; tentassem fechar as três escolas que o MST mantém de formação técnica e que funcionam em convênio com escolas publicas legalizadas; cadastrassem todas as famílias já assentadas, para medir seu grau de produtividade; e instalassem processos criminais contra as principais lideranças.

A reunião se realizou, passmem, dia 10 de dezembro de 2007, dia dos Direitos Humanos, e durante todo o ano de 2008, foram executadas várias ações judiciais a pedido desses promotores contra o MST, que resultaram em despejos ilegais de acampamentos e perseguições. E inclusive, num dos despejos de março de 2008, houve prática massiva de tortura contra as mulheres acampadas, por parte da Brigada Militar. Os



fatos foram denunciados por uma promotora pública, que instaurou processos contra os comandantes da Brigada. O processo foi arquivado e a promotora, diante de ameaças de morte por telefone, teve que passar todo ano, até poucos dias, “estudando” na Espanha, a conselho de seus superiores.

Nós, na época, não entendíamos tanta perseguição, com tantos processos. Agora, passamos a compreender as verdadeiras motivações.

Essa articulação foi tão sórdida, que eles colocaram que a ata

deveria se manter em sigilo de justiça. Mas um deles, por desatenção, incluiu a ata, num dos processos que tentou incriminar nossas lideranças. Com isso, o caso veio a publico, e aí se desvendou o mistério. O procurador geral do Ministério Público do estado teve que denunciar que não era a posição oficial do MPE, e que se tratava apenas de uma iniciativa isolada de alguns promotores. E como desagravo ao MST, eles promoveram inclusive uma visita pública de alguns procuradores e parlamenta-

res a um assentamento e acampamento do MST.

Por outro lado, essa articulação dos promotores servia de base para que a Brigada Militar aumentasse sua sanha repressiva, que estava combinada com a nomeação do coronel Mendes, como comandante geral, um homem claramente identificado com as idéias fascistas, que está partidarizando a atuação da corporação. E se transformou a polícia militar num cão de guarda dos interesses das empresas transnacionais no Rio

Grande do Sul. Qualquer manifestação pública, qualquer ocupação de terra, greve ou passeata de estudantes com motivação política é “exemplarmente” reprimida com uma violência descomunal, que já levou diversos companheiros à UTI e à prisão.

P: Como o senhor avalia esta ação? Que interesses estão por trás deste esforço do MP gaúcho?

R: Nossa avaliação é de que está havendo uma mudança no poder político no Estado do Rio Grande do Sul. Em anos da ditadura, o poder político da velha Arena-PP se baseava na pequena agricultura e na Igreja Católica conservadora. Depois, com a redemocratização, o PMDB teve sua base social no pequeno empresário e na agricultura moderna. Mais tarde, o PT ganhou força baseada nos trabalhadores da cidade e do campo. E nos últimos, a economia gaúcha foi transferida para poucos e grandes grupos econômicos vinculados ao capital internacional. Na indústria, houve uma quebra das pequenas médias indústrias de consumo de massa, como calçados, vestuário, material esportivo e móveis. E predominou a grande siderúrgica, que é um monopólio dos Gerdau. E as fábricas de máquinas agrícolas, todas elas vinculadas ao capital estrangeiro, mais a General Motors com sua fábrica. Na área de fertilizantes, que havia tradição no estado, tudo foi desnacionalizado, e hoje apenas três empresas transnacionais controlam todo o processo. E na agricultura, a Monsanto, a Nestlé e as papelarias Stora Enso, Votorantim e Araucruz, tomaram conta.



O governo Yeda Crusius representa esses interesses econômicos das empresas transnacionais. Mas ela não tem nem partido, nem base social. Então, para se eleger, se apoiou em esquemas corruptos, que envolveram o Detran, o Baniusul e as empresas, para levantar milhões e conseguir ganhar as eleições, como está documentado numa CPI e num inquérito da Polícia Federal. E se mantém graças ao monopólio da mídia, representado pelo grupo RBS/Rede Globo.

Diante desse cenário, os únicos grupos sociais que se mobilizaram continuando suas lutas foram a Federação dos Metalúrgicos e os movimentos da via campestre. Então, o governo Yeda voltou sua máquina dos promotores direitistas do Ministério Público e a Brigada Militar para reprimir esses movimentos e derrotá-los. Felizmente, a opinião pública gaúcha está recebendo as informações através de rádios comunitárias e de outras formas, e se deu conta de toda essa porcalhada que representa o governo Yeda Crusius.

Mas como estamos em descenso do movimento de massas, em geral, e com os partidos da esquerda eleitoral, como o PT e o PSOL, mais preocupados com as eleições

municipais, não foi possível realizar um grande movimento de massas, que conseguisse o necessário impeachment da governadora.

P: Que providências o MST tomou ou vai tomar para se contrapor à ação?

R: Bem, nós estamos atuando em várias frentes. A prioridade número um é denunciar a repressão da Brigada Militar, e impedir esse processo permanente de criminalização dos movimentos sociais do estado.

Em relação ao Ministério Público Estadual, já conseguimos barrar a ação daquele pequeno grupo de não mais do que cinco, que se articulou por motivação ideológica. Basta dizer que um deles, ao se expor na imprensa, disse que o MST, além de estar vinculado às FARC, deveria pedir socorro ao seu chefe maior, que seria o presidente Lula.

O mais oneroso, e que gasta mais energia, é que há em curso ainda diversos processos, nos quais nossos advogados precisam atuar, embora tenhamos contado com a solidariedade de todas as entidades e da opinião pública nacional. Para que os leitores tenham uma idéia, o MPE recebeu 911 mensagens com críticas de entidades do Brasil e do exterior.

Agora, o mais grave é o processo que outra promotora pública federal se achou no direito de abrir, que enquadra oito companheiros militantes do MST na Lei de Segurança Nacional, na comarca federal do município de Carazinho. É um absurdo tentar impedir a luta pela reforma agrária enquadrando numa lei famigerada da ditadura militar. E o processo está correndo em segredo de justiça, bem aos moldes da ditadura. Nossos companheiros já

foram ouvidos. Nós arrolamos 80 testemunhas para provar que a luta pela reforma agrária é um direito. Arrolamos até o Presidente da República e muitas autoridades para eles dizerem o que pensam ao juiz. E estamos contando com a solidariedade do grande jurista Nilo Batista, aí do Rio de Janeiro, que está nos defendendo como advogado neste processo.

P: Como o senhor analisa a política agrária destes cinco anos e meio de governo Lula. Onde houve avanços e retrocessos? Como é o balanço de deste governo em relação aos governos anteriores?

R: O governo Lula fez uma clara opção pelo agronegócio. Isso ficou evidente quando ele nomeou o Roberto Rodriguez para ministro da agricultura, mesmo tendo ele feito campanha para José Serra. Ele seria o ministro da agricultura do Serra. E agora nomeou o Stephanes, velho militante da Arena. O governo caiu na ilusão de que aumentar as exportações agrícolas do agronegócio seria benéfico ao país. Ora, nosso país passou 400 anos no modelo agro-exportador, e só produziu pobreza e desigualdade social.

Exportação de matérias primas não desenvolveu nenhum país do mundo. Ao contrário, é justamente o mecanismo que o grande capital internacional usa para espoliar nossas riquezas naturais. Basta lembrar apenas um dado: a Embraer, nossa indústria de ponta, exporta ao redor de 5 bilhões de dólares por ano. Isso é um valor superior a todas as exportações anuais de carne bovina e derivados, resultantes da exploração de 240 milhões de hectares e de um rebanho de 250 milhões de cabeças de gado!

Por tanto, o balanço é negativo para os trabalhadores rurais, porque o que avançou foi um

novo modelo de produção agrícola, que é o agronegócio. O agronegócio é a aliança entre os grandes fazendeiros, capitalistas brasileiros, com as empresas transnacionais do agro, que controlam os insumos agrícolas, o mercado e os preços. E fica para os brasileiros o passivo ambiental, a super-exploração de nossa mão-de-obra e uma parte da mais valia gerada na agricultura. Mas o volume maior fica com as empresas transnacionais.

P: *Que mudanças importantes aconteceram neste período que apontem para um novo modelo agrário e agrícola?*

R: **Como disse, não houve mudanças estruturais. Ao contrário, o modelo do agronegócio se fortaleceu. Para os camponeses e os pobres do campo, o governo atendeu com medidas de compensação social.**

Essas medidas foram basicamente levar luz elétrica para todos no campo, o atendimento da bolsa família para os mais pobres, e o aumento do volume de recursos do crédito do Pronaf para os camponeses que já estão integrados no mercado, que são apenas 25% do total das quatro milhões de famílias. Também foram positivos outros dois programas governamentais, embora restritos. O Pronera, que aumentou a possibilidade de filhos de camponeses entrarem na universidade, e o programa de compra de alimentos pela Conab, embora com poucos recursos.

Mas, repito, nenhum desses programas, embora positivos, afetam a estrutura da propriedade da terra e da produção. Elas continuaram se concentrando cada vez mais, tanto a propriedade da terra, como o controle da produção pelas empresas transnacionais.



P: *Há espaço e condições para que o grande agronegócio e a agricultura familiar prosperarem simultaneamente no Brasil?*

R: Primeiro é preciso entender que o agronegócio é um modelo de organização da produção agrícola que representa a aliança entre os fazendeiros e as empresas transnacionais. E, portanto, como modelo de produção é incompatível com a reforma agrária e a agricultura familiar.

No entanto, nós poderemos ter uma política agrícola e agrária que priorize a reforma agrária e a organização da produção de alimentos baseados na agricultura familiar, e ter ao mesmo tempo médias e gran-

des propriedades rurais produzindo para o mercado interno. Mas ter médias e grandes propriedades não significa adotar o modelo atual do agronegócio, que prioriza a monocultura, a associação com as empresas estrangeiras e as exportações.

P: *O governo Lula trabalhou intensamente para que houvesse acordo em Doha. Caso aprovado, quais seriam os impactos para a agricultura e para um projeto nacional de desenvolvimento?*

R: Felizmente o Brasil foi derrotado, porque a proposta brasileira se resumia a abrir mais ainda o mercado brasileiro para as indústrias européias. E em troca, pode-

ríamos aumentar as exportações de matérias primas agrícolas para a Europa. Ou seja, a proposta seria a recolonização de nossa economia. Não sei como nossa burguesia industrial é tão burra, que não reagiu. Na verdade, é porque ela já está totalmente associada ao capital estrangeiro.

E infelizmente, a política externa do governo Lula saiu chamuscada, porque se sabe que os governos da Índia, China, África do Sul, Argentina e de todo terceiro mundo saíram putos da cara com a nossa política. Ou seja, o seu Celso Amorim perdeu feio. Saiu isolado, puxando o saco dos interesses do norte. Isso é o que nos dizem nos-

os parceiros dos movimentos da via campesina internacional, que acompanharam as negociações.

P: O Presidente Lula está comprometido com o desenvolvimento da produção de etanol e age para abrir mercados para este produto no exterior. Este esforço é positivo para o Brasil? Como o senhor avalia os investimentos de grupos internacionais na produção de etanol no Brasil?

R: A Via campesina é a favor da produção da agro-combustíveis como uma forma de ir amenizando os problemas da poluição do petróleo e de seu alto preço. No entanto, defendemos a política da soberania energética. Ou seja, precisamos estimular que os agro-combustíveis sejam produzidos em apenas 10% da área de cada agricultor, evitar a monocultura, não substituir os alimentos, e instalar pequenas e médias usinas de energia em todas as comunidades e municípios do interior. Assim, cada município poderá ficar soberano em energia, não depender mais do petróleo, e termos energias alternativas. Também podemos ir combinando com pequenas e médias hidrelétricas, energia solar e eólica. Mas tudo isso depende de um novo projeto de desenvolvimento do país, que o atual governo nem sonha em debater.

Quanto aos malefícios da poluição do petróleo, eles somente se resolverão quando substituirmos a atual matriz de transporte individual nas grandes cidades, pelo transporte público de qualidade, baseado em metrô, trens e ônibus elétrico -- e inclusive estímulo e apoio para o uso de bicicletas.

Produzir etanol para exportação, na base da monocultura da cana, com o controle do capital estrangeiro, como está acontecendo, é uma burrice econômica e um crime contra o meio ambiente. Desta forma, destrói-se

a biodiversidade, só se consegue produzir cana com alto uso de agrotóxicos, o que a médio prazo vai afetar o clima, o aquecimento global e o meio ambiente.

P: A Constituição de 1988 está completando 20 anos. Em que aspecto o seu efetivo cumprimento contribuiria para o avanço da reforma agrária no Brasil?

R: **Constituição Brasileira de 1988 foi uma conquista do povo brasileiro e foi resultado de uma correlação de forças sociais que era favorável aos trabalhadores e por isso conseguimos avançar tanto. Para todos os trabalhadores da cidade e do campo havia muitas conquistas. Depois, o governo FHC passou o tempo inteiro tentando desmanchar e conseguiu eliminar muitos direitos.**

Sobre a reforma agrária, foi incluída a armadilha da proibição de desapropriar terras produtivas, levando cada fazenda desapropriada para os tribunais. Mas isso não foi um problema. O problema maior é que de um lado estamos num descenso do movimento de massas, que não consegue então ter forças para aplicar nem sequer a Constituição, e de outro lado não temos um programa massivo de reforma agrária por parte do governo.

Então, os movimentos sociais do campo ficaram sozinhos. E o que o governo está fazendo são medidas de compensação social, um assentamento aqui e outro lá, e substituindo famílias que desistiram em assentamentos antigos. Mas a concentração da propriedade da terra continua aumentando, mais do que nos tempos da ditadura, e agora com um agravante: muitas empresas transnacionais estão comprando terras. Como foi


denunciado pela Folha de São Paulo, mais de 20 milhões de hectares já teriam sido desnacionalizados. Vejam que somente o teste-de-ferro do Dantas já tinha comprado 600 mil hectares no Pará. Lá no Rio Grande do Sul, três empresas peleiras compraram em três anos quase um milhão de hectares, enquanto o Incra desapropriou apenas 130 mil hectares em 25 anos de reforma agrária.

P: Na sua avaliação, houve alguma iniciativa nos últimos anos que aponte para uma diminuição da dependência externa e do controle do capital financeiro?

R: Tudo ao contrário. Os economistas de todas as correntes de pensamento reconhecem que a política econômica do governo Lula é a mesma da receita neoliberal aplicada pelo FHC, com apenas algumas nuances. Na essência, o pólo central de acumulação de capital da economia brasileira continua centrado no capital financeiro, que se apropria da maior parte da mais valia produzida, através de altas taxas de juros e da compra de ações das empresas mais lucrativas. Daí as duas maiores empresas brasileiras, a Petrobras e a Vale, ambas têm seu capital social controlado por acionistas privados e estrangeiros, que, todos sabemos, na sua maioria é capital financeiro aplicado nas bolsas. E os juros que o governo paga da dívida pública interna, sempre superior a 200 bilhões de reais por ano, são um poderoso mecanismo de transferência de renda de toda população brasileira que recolhe seus impostos para a Receita Federal, e de lá

para os bancos. E é também um poderoso mecanismo de sustentáculo do capital financeiro.

O próprio Marcio Pochmann, presidente do IPEA, tem revelado que a distribuição de renda está acontecendo apenas entre a renda dos trabalhadores. Ou seja, entre os que vivem de salário, a renda está mais bem distribuída, sobretudo porque os mais pobres melhoraram com o Bolsa Família e o aumento do salário mínimo, que é positivo. Mas a distribuição da renda na sociedade se mede pela distribuição entre a renda do capital e a renda do trabalho. E o capital está controlando mais de 60% de toda renda, nunca acontecido antes na história econômica desde a colônia.

Se olharmos para as maiores empresas, que controlam a produção e o comércio no Brasil, nossa economia está cada vez mais controlada pelas empresas transnacionais. As 200 maiores empresas controlam a maior parte de nossa economia. Na agricultura, as 50 maiores empresas controlam mais de 60% do PIB agrícola. E a maior parte delas é estrangeira. A economia brasileira está sendo recolonizada, agora sob a égide do capital financeiro e das empresas transnacionais. 



Sonho
realizado em
1 minuto?

Crédito minuto

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

Nando Neves



Paula Ferreira Martins, do IE/UFRJ, foi a vencedora do tradicional Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado, que está na 18ª edição e agracia os autores dos melhores trabalhos de fim de curso das faculdades de economia com sede no Estado do Rio de Janeiro. Paula foi orientada pela Professora Lena Lavinhas. Veja um resumo do trabalho.

Linha Oficial de Pobreza no Brasil – Qual sua relevância?

■ Paula Ferreira Martins*

O conceito de pobreza evolui com base na determinação do que é ser pobre dado o contexto econômico e histórico de cada sociedade. Os diversos autores que se propuseram a discutir o tema organizaram diferentes metodologias para a determinação da pobreza.

Nesse sentido, o estudo pioneiro realizado por Rowntree define a pobreza quanto às necessidades mínimas para a manutenção da eficiência física humana. Esse estudo foi concebido em um contexto histórico de transformação e ampliação da indústria, cerne do modelo econômico capitalista. A Segunda Revolução Industrial ampliou a degradação das condições de vida, que tem como origem os efeitos combinados da grande expansão demográfica e o processo de esvaziamento dos campos, lançando milhares de pessoas nas cidades em condições extremas de privação. Essa vertente nutricionista, proposta por Rowntree, estabeleceu, portanto, que pobre é todo indivíduo que não se beneficia de um padrão mínimo de subsistência baseado na ingestão diária de um determinado requerimento calórico.

A crítica ao estudo de Rowntree foi, inicialmente, realizada por Townsend. Este criticava o fato de as necessidades humanas serem interpretadas como sendo necessidades físicas - comer, abrigar-se e vestir-se - ao invés de serem necessidades sociais. Assim, seria através das relações sociais e das funções sociais que


desempenham que suas necessidades surgem. Por essa razão, as pessoas não seriam só consumidoras, mas líderes, participantes ativas e produtoras.

Gough enfatizou, entretanto, que não é fácil definir as necessidades das pessoas, fazendo um contraponto às duas concepções de pobreza já estabelecidas por Rowntree e Townsend. Em sua Teoria das Necessidades Humanas, Gough afirma que as necessidades básicas consistem em pré-condições universais que permitem a participação em certo “way of life”. Para ele, a saúde e a autonomia seriam as necessidades básicas de todos os indivíduos.

A abordagem de Gough tem muito em comum com as idéias descritas por Amartya Sen, em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade* de 1999. Nessa perspectiva, a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas, ao invés de ser vista, apenas, como baixo nível de renda ou déficit de renda, que tem sido o critério tradicional de identificação da pobreza. Dentro desse contexto, Sen afasta-se das abordagens relativas às necessidades fundamentais para se inscrever, sem ambigüidade, no campo de uma reflexão sobre a justiça social, sobre igualdade e combate às desigualdades. Isto coloca o problema da pobreza numa perspectiva que, sem negar os fatores econômicos, dá importância às conotações legais, às implicações políticas e a sua pertinência social.

Dentro desse contexto, na Europa, há a prevalência da visão relativa, na qual se considera que as pessoas pobres são aquelas que

não possuem recursos adequados para se incluírem na sociedade em que vivem. A preocupação é, portanto, com a formação de um Estado de bem-estar social para todos. Já nos Estados Unidos, a visão predominante reside no conceito absoluto, no qual se considera pobre todo o indivíduo cujo rendimento esteja situado abaixo de um patamar de pobreza definido *ex-ante*. Na América Latina, a definição de pobreza também segue a abordagem absoluta, sendo o Método das Necessidades Básicas Insatisfeitas o mais utilizado pela CEPAL para sua medição.

Por fim, no Brasil, a pobreza assume-se como fenômeno estrutural de grandes proporções, com dimensão crônica e persistentemente importante. Além disso, a pobreza está intimamente ligada ao conceito de desigualdade, o que provoca discussões importantes sobre qual a melhor abordagem a ser utilizada nos programas sociais que visam reduzi-la. É fato que o Brasil ainda não possui uma linha oficial de pobreza. O que ocorre é a coexistência de diversas metodologias baseadas no salário mínimo, no consumo observado, além de metodologias mais recentes que propõem a construção de uma linha híbrida. Sendo assim, a definição de uma linha oficial de pobreza é sim relevante por se tratar de uma questão de Estado e não só de governo, permitindo comparações ao longo do tempo e maior atenção para as políticas sociais que visam reduzir a pobreza. 

Paula Ferreira Martins, ganhadora do XVIII Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado e mestranda do Instituto de Economia da UFRJ.

Os Gastos com Pessoal frente à Lei de Responsabilidade Fiscal

“...entende-se como despesa total com pessoal o somatório dos gastos do ente da federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos civis, militares e de membros do poder com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens (...) proventos da aposentadoria, reforma e pensões (...) bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.¹”

A despesa com pessoal é o principal componente para a manutenção da administração pública. Sem servidores a máquina não se move.

A partir do ano de 2000, surge a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Esta impõe, entre muitas outras, a limitação da despesa com pessoal (pessoal ativo, inativo e terceirização). Esses limites variam entre estados, municípios e União.

O presente estudo se restringe a estado e município. Ambos possuem, de acordo com o art. 19 da LRF um limite de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL)² para gastos com pessoal. A diferença se dá na repartição desse limite, no caso dos municípios é de 54% para o Poder Executivo e 6% ao Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas do Município como é o caso do Rio de Janeiro. Na esfera estadual, a divisão fica em 49% para o Poder Executivo, 6% para o Judiciário, 2% para o Ministério Público e 3% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado.

A LRF prevê ainda os chamados Limites Prudenciais, que representam 95% de cada um desses limites supracitados. Dessa forma, o Poder que atingir esse limite prudencial sofre restrições, tais como a vedação de criação de cargo público e funções, alterações em es-

truturas de carreira, entre outras. Caso estas ações não resultem na redução do gasto ao limite estabelecido, o ente federativo não poderá receber transferências voluntárias, nem contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Se por um lado há restrições nas contratações, as demissões não entram no cálculo desses limites, sejam indenizações ou incentivos à demissão voluntária. Também não são contabilizadas despesas do exercício anterior, recorrente de decisão judicial e despesas com inativos e pensionistas com recursos provenientes de arrecadação da contribuição dos segurados e de compensação financeira.

O fato de a LRF tratar todos os municípios da mesma forma faz com que não se leve em conta suas necessidades de oferecer

mais ou menos serviços à população, e, conseqüentemente, a necessidade de se empregar mais ou menos funcionários. Ao mesmo tempo em que essa redução do gasto de pessoal pode representar uma transferência de recursos para outras atividades prioritárias (p.ex. equipamentos de saúde ou merenda escolar) como argumentam os defensores da limitação dos gastos com pessoal, ela também pode resultar em efeitos negativos na economia local, além da queda de qualidade dos serviços. Caso a opção escolhida seja, por exemplo, o corte de funcionários, e este excedente de mão de obra não seja absorvido pelo setor privado, ocorrerá um aumento no desemprego. Se por outro lado, a opção escolhida for a diminuição relativa dos vencimentos, haverá uma perda no total da renda do funcionalismo.

Município do Rio de Janeiro

Em 2004 o gasto com pessoal teve uma participação de 46,04% em relação à RCL num total de R\$ 3,8 bilhões. Este percentual é elevado nos anos subsequentes ficando em 52,5% em 2005 atingindo seu ápice em 2006, quando

atingiu a marca do R\$ 4,5 bilhões, 53,85% da RCL.

Essa elevação se dá por conta da diferença de contabilização das contribuições patronais – contribuição do empregador – nos referidos períodos. Somente em 2005 e 2006 esses dados foram contabilizados como despesa de pessoal. Em 2004 e 2007 (este último teve um gasto com pessoal de 46,82% da RCL) foram computados juntamente com os recursos dos inativos e pensionistas com recursos vinculados – contribuição dos empregados –, que segundo as normas da LRF não devem entrar no cálculo do limite. Tal prática oferece maior flexibilidade ao gestor, uma vez que desta forma ele dispõe de maiores recursos não computados e seu percentual fica abaixo dos limites, evitando as restrições supracitadas.

Outro ponto de relevância a ser abordado refere-se aos gastos com terceirização que se difere da natureza de despesa corrente – outros serviços de terceiros, pessoa física ou jurídica. A terceirização computada como despesa do pessoal pressupõe substituição de mão de obra no ente em questão. O contrato com as instituições pelas quais os recursos da prefeitura

Tabela 1 - Niterói

R\$ MIL

Ano	2005		2006		2007		2008
	Previsto	Liquidado	Previsto	Liquidado	Previsto	Liquidado	Previsto
Despesa de Pessoal	199.966	253.976	267.494	389.218	294.122	432.575	285.867
Total de despesas	513.624	697.626	619.147	768.524	636.532	832.701	669.812
Peso	38,93%	36,41%	43,20%	50,64%	46,21%	51,95%	42,68%

Tabela 2- Estado do Rio de Janeiro

	2006	2007	2008*
Pessoal e Encargos Sociais	23%	27%	27%
Juros e Encargos da Dívida	6%	7%	7%
Custeio	62%	60%	62%
Investimento	7%	4%	2%
Amortização da Dívida	2%	2%	2%
TOTAL	100%	100%	100%

*Dados referentes até 20 de agosto

ra são repassados aos empregados, deve conter o número de pessoas contratadas. Não se contrata a instituição para prestar um serviço e sim as pessoas destas instituições para exercerem o trabalho.

No município carioca, esses gastos correspondem na média de (2004 a 2007), à cerca de 100 milhões, ou seja, 2,19% do total das despesas com pessoal. Sendo que estes em sua maioria (cerca de 65% na média) são destinados a Secretária de Saúde, através de associações de moradores, empresas e centros sociais, sob a justificativa de que se trata de serviços urgentes e essenciais. Outros 20%, na média, se destinam à COMLURB e são recursos intermediados pelas associações de moradores e destinados para o programa de Garis Comunitários. A justificativa é a dificuldade dos garis da prefeitura entrar em algumas comunidades.

Município de Niterói

Os relatórios da LRF, disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado, para o Município de Niterói contemplam apenas 2 exercícios, 2006 e 2007, e demonstram um limite abaixo da cidade

vizinha ficando em cerca de 39% da RCL nos 2 anos.

Por isso, montamos a Tabela 1 com dados referentes à natureza de despesa denominada e definida pela Lei Federal 4320/64 como despesa de pessoal (sem deduzir qualquer valor), nota-se que de 2005 para 2006 ocorre uma elevação de 36% para 50% da despesa de pessoal no total de despesas, chegando a quase 52% em 2007 (Tabela 1).

A alta margem de erro da previsão orçamentária é digna de registro, pois a despesa de pessoal é, em geral, a despesa mais previsível pelo histórico dos exercícios anteriores. Ora, a estimativa dos gastos é baseada (ou deveria ser) no quanto foi no passado mais o cus-

to de novos funcionários menos o valor dos que irão se aposentar. A partir destes argumentos torna-se grave a liquidação de 146% do previsto no ano de 2006 e 147% do previsto no ano de 2007.

Estado do Rio de Janeiro

No estado do Rio de Janeiro, assim como em todos os entes federativos, as despesas com pessoal têm um peso significativo. Observa-se nos últimos anos um incremento dos gastos com o pessoal e uma diminuição dos investimentos na composição das despesas totais. Vide Tabela 2.

Porém, o estado tem uma margem considerável nas despesas de pessoal, faltam aproximadamente 5 bilhões de reais para se alcançar o limite prudencial, ou seja, não há impedimento legal para o estado adotar uma política de valorização dos servidores. (Tabela 3)

Entretanto, o perigo, em nível estadual, está no financiamento da previdência com recursos de *royalties* do petróleo. O Governo do Estado² incorporou ao patrimônio

do RIOPREVIDÊNCIA o direito de propriedade da receita de *royalties*. No exercício de 2006, cerca de R\$1,3 bi do financiamento da previdência foi realizado com recursos de *royalties*, no ano seguinte este valor passa à cerca de R\$1,9 Bi. Essa combinação *royalties/previdência* é perigosa, pois as fontes que geram os recursos de *royalties* são finitas, ao contrário das necessidades da previdência.


Não há dúvida que as despesas com pessoal têm um impacto direto nas despesas previdenciárias, ou seja, o estado está comprometido com essas despesas independente do cenário político e econômico. Com essa preocupação a LRF é inserida, para impor limites e controle dos gastos fixos, sempre tendo em vista a redução do nível de endividamento. Entretanto a preocupação com o fiscal (busca de superávits) compromete os gastos sociais e investimentos. É preciso ir além da responsabilidade fiscal e buscar a responsabilidade social, idéia que já permeia a pauta política e precisa ganhar força na sociedade. 

Tabela 3 - Estado do Rio de Janeiro

Em milhares R\$	2006	2007
Receita Corrente Líquida	26.132.742	26.849.822
(A) Desp. Pessoal para Apuração do Limite	9.731.293	9.766.904
%	37,24%	36,38%
(B) Limite Prudencial (57%) em R\$	14.895.663	15.304.399
Recursos Possíveis (B – A)	5.164.370	5.537.495

Fonte: Relatório da Gestão Fiscal 2006 e 2007

1 BRASIL. Art. 18 da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal e dá outras providências, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

2 Receita Corrente Líquida, corresponde ao somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, a compensação do ICMS desonerado (Lei Complementar 87/96), e do FUNDEF, deduzidas as contribuições dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e as receitas provenientes da compensação dos sistemas previdenciários público e privado

3 Decreto nº. 37.571, de 12 de dezembro de 2005, alterado pelo decreto nº. 38.162, de 25 de agosto de 2005

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro através da equipe de apoio do CORECON-RJ e de consultores.

Coordenação: Cons. Ruth Espinola Soriano de Mello, Cons. Luiz Mario Behnken e Econ. Bruno Lopes.

ASSISTENTES do FPO-RJ/Corecon-RJ: Estudantes de Economia: Camila Barbosa, Camila Ferreira e Fernanda Stiebler.

Consultores: Econ. Daniela de Melo Faria, Econ. Paula Mota e Econ. Thiago Marques assessor do Deputado Estadual Marcelo Freixo - PSOL. Correio eletrônico: fporj@bol.com.br O FPO promove reuniões mensais para apresentação de seus estudos no auditório do Corecon-RJ. O assunto e a data podem ser confirmados em nosso portal: www.fporj.blogspot.com.br

Homenagem Especial

João Lizardo Rodrigues Hermes de Araújo

(26/05/1941 – 02/08/2008)

Faleceu em 2 de agosto último, o diretor-geral do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, João Lizardo Rodrigues Hermes de Araújo. Professor titular do Instituto de Economia da UFRJ, Lizardo dedicou 43 anos de sua vida ao ensino e à pesquisa e coordenava o Cepel desde março de 2004. Coordenou o Núcleo de Economia da Infra-estrutura da UFRJ, tendo sido organizador e co-autor do livro "Diálogos da Energia – Reflexões sobre a última década (1994-2004)", lançado em junho de 2005 pela Editora 7 Letras. Lizardo deixa viúva Hildete Pereira de Melo, professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense e ex-conselheira do Corecon-RJ.

O Jornal dos Economistas solicitou ao Professor Adilson de Oliveira um breve texto em homenagem ao querido Professor Lizardo.

■ Agosto foi um mês triste. Perdemos o nosso querido João. Amigo leal e solidário, João marcou intensamente os amigos que tiveram o privilégio de conviver com sua serenidade, seu equilíbrio e, sobretudo, sua imensa alegria de viver, evidenciada em sua risada efusiva e contagiante. Professor erudito, Lizardo encantava alunos e colegas com seu vasto conhecimento sobre temas que não se limitavam aos de sua vida profissional. Música, literatura e línguas eram parte integrante da vida intelectual do João Lizardo, dando densidade ao seu conhecimento científico. Todos humildemente procurávamos o Lizardo quando colocados diante de dificuldades acadêmicas e ele nunca se negava a nos apoiar, oferecendo generosa e graciosamente seus conhecimentos.

O arguto pesquisador Hermes de Araújo nos deixou vasta produção acadêmica, assenta-

da em sólido rigor científico e profunda honestidade intelectual.

Essas qualidades lhe ofereceram distinções acadêmicas nas áreas de economia, energia e tratamento da informação. Como cidadão, João Lizardo Rodrigues Hermes de Araújo foi exemplar, mantendo-se firme em suas convicções, sem se curvar aos poderosos do momento. A construção de um Brasil melhor, com justiça social, permaneceu como norte de toda sua vida. No seu entardecer, João revelou-se dirigente capaz e criativo, criando ambiente propício ao avanço da comunidade científica e tecnológica. Guardaremos com carinho muitas lembranças do amigo, professor, pesquisador, cidadão e dirigente João Lizardo Rodrigues Hermes de Araújo.

Adilson de Oliveira
Professor Titular

Instituto de Economia da UFRJ

Cursos de Conjuntura Econômica e Preparatório para Anpec 2009

O Corecon-RJ abriu inscrições para dois novos cursos. Os interessados podem obter todas as informações no link "cursos" da página www.economistas.org.br.

Aberto a estudantes e profissionais de outras áreas, como jornalistas e engenheiros, "Para Entender a Conjuntura Econômica" acontece de 17 de outubro a 19 de dezembro de 2008, às sextas, no horário de 18h45 a 21h30. Os professores, todos com passagem pelo IBGE, são Elvio Valente, Márcio Araújo, Fernando Lima e André Luiz Macedo. A coordenação é de Carmen Feijó. Os professores são autores do livro "Para Entender a Conjuntura Econômica", editado pela Manole em 2007, como resultado do sucesso do curso.

Em sua sexta edição anual, o curso "Preparatório para o Exame Nacional da Anpec 2009" será de 5 de janeiro a 30 de setembro de 2009, de segunda à sexta, com aulas no sábado (uma vez por mês). Nesta edição, o curso passa a contar com monitores que no horário de 16h às 18h, de março a setembro, resolverão exercícios das disciplinas do dia. As aulas acontecem de 18h às 22h. O primeiro mês do curso será dedicado ao ensino de Matemática, com o objetivo de nivelar o conhecimento dos alunos sobre esta disciplina. O Corecon-RJ oferece preços promocionais para os alunos que se matricularam até 1º de dezembro e pagarem à vista.

Corecon-RJ recebe inscrições para Concurso de Redação e Prêmio de Jornalismo Econômico

As inscrições para o IV Concurso de Redação Economista Ignácio Rangel, organizado pelo Corecon-RJ e pela Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ), se encerram em 30 de setembro. Podem participar da premiação os estudantes de ensino médio (regular e EJA) matriculados em escolas da Rede Pública de Ensino do Estado do Rio de Janeiro.

O estudante deve submeter ao Conselho uma redação sobre o tema *A Economia e seu Impacto na Qualidade de Vida*. A ficha de inscrição e o regulamento da premiação estão no site do Corecon-RJ (www.corecon-rj.org.br).

Os jornalistas interessados em concorrer ao V Prêmio Corecon-RJ de Jornalismo Econômico podem fazer suas inscrições até 31 de janeiro de 2009. O regulamento da premiação e a ficha de inscrição também estão disponíveis no site do Conselho. O jornalista deve submeter reportagens publicadas em 2008 em jornais ou revistas de grande circulação com sede no Estado do Rio de Janeiro sobre o tema *A Desnacionalização do Parque Produtivo: Quem Comanda as Empresas Brasileiras?*

Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica

A Escola de Administração Fazendária (ESAF) recebe até 22 de setembro inscrições para o III Prêmio SEAE 2008. Estudantes, professores, profissionais e pesquisadores podem participar enviando suas monografias.

Na edição deste ano, poderão concorrer trabalhos sobre os seguintes temas: *Defesa da Concorrência e Regulação Econômica*. Os prêmios serão concedidos em duas categorias: para estudantes de graduação e para os profissionais. Serão premiados, separadamente por categoria, os três primeiros colocados em cada um dos temas.

A premiação dos vencedores profissionais será a seguinte: R\$20 mil para o primeiro colocado em cada tema; R\$10 mil para os que ficarem em segundo lugar; e R\$5 mil para os terceiros colocados. Além disso, os candidatos premiados receberão certificado e terão a monografia publicada. Na categoria estudantes de graduação o valor será de R\$5 mil para o primeiro colocado em cada tema; R\$3 mil para o segundo colocado; e de R\$2 mil para o terceiro colocado.

O regulamento do prêmio está no site www.esaf.fazenda.gov.br. Os interessados podem obter outras informações através do e-mail premio-seae.df.esaf@fazenda.gov.br e do telefone 61-3412-6018. A solenidade de premiação será realizada em Brasília, no dia 9 de dezembro de 2008.